



LEGITIMIDADE DO PODER JUDICIAL E REGIME POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA

Julia Veiga Vieira Mancio Bandeira
Orientador: Fabiano Engelmann

Com a queda das ditaduras e com a liberalização dos regimes de coalizão política, no caso da Colômbia e da Venezuela, o processo de adoção de novas constituições deu destaque aos intérpretes legítimos das regras de funcionamento da atividade política e estatal. Nesse cenário, acentuou-se a importância de se estudar os perfis e trajetórias sociais e políticas dos juristas ancorados em posições de destaque e as culturas e contextos históricos que cercam as instituições judiciais.

Objetivos

A investigação tem como objetivos (i) a revisão e análise da literatura sobre as relações entre o poder Judiciário e o poder político na América Latina; (ii) a construção de um banco de dados com informações sobre as biografias dos integrantes das cortes superiores dos países selecionados nos últimos 20 anos, e (iii) a formulação de diagnósticos e perspectivas para a administração da justiça na América Latina nas próximas décadas.

Metodologia

Através do exame de diversas fontes bibliográficas, sites institucionais, bases de dados de universidades, anuários de justiça, e de periódicos nacionais e internacionais, o desenvolvimento da pesquisa compreende as três etapas. A primeira é de cunho exploratório, envolvendo pesquisa bibliográfica sobre temas recorrentes ao Judiciário no continente, buscando subsidiar através da análise de fontes secundárias um Banco de dados geral sobre a história e formação dos judiciários nos países estudados. A segunda etapa é a formação de um banco de dados sobre as biografias políticas e sociais das elites judiciais, por meio de informações relacionadas a trajetórias acadêmicas, políticas, profissionais e de origem social dos integrantes das cúpulas judiciais dos países nos últimos 20 anos. A terceira etapa concentra-se na análise das doutrinas jurídicas e sua relação com as representações do fenômeno político pelos juristas.

Resultados Preliminares

Os resultados preliminares permitem dividir os países analisados em dois grupos. Um formado por Argentina, Brasil e Venezuela, onde o Judiciário não exerce grande influência sobre as nomeações dos juízes das altas cortes, e outro grupo formado pelo Chile e Colômbia, onde o Judiciário tem um papel significativo no recrutamento. Tais realidades influenciam no perfil dos magistrados, onde, em um extremo se encontra o poder judicial altamente politizado da Venezuela, com juízes ligados aos partidos da base governista, e de outro o Chile, que, com uma estrutura hierarquizada, apresenta em sua Suprema Corte, juízes que passaram por todas as instâncias judiciais para chegar ao cargo ocupado, de modo que, mesmo sem deixar de ser um cargo político, a política torna-se não tão evidente neste sistema.